

SINDADOS/MG PARTICIPA DA I CONFERÊNCIA NACIONAL POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM DIREITOS SOCIAIS



I CONFERÊNCIA NACIONAL POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM DIREITOS SOCIAIS

O Sindados/MG esteve presente na I Conferência Nacional por Inteligência Artificial com Direitos Sociais, realizada na Universidade Federal do ABC, em São Bernardo do Campo, onde reafirmou seu compromisso de seguir cooperando com os debates sobre esse tema tão atual e estratégico para o futuro do trabalho no Brasil.

A Conferência não se limitou a discutir tecnologia: foi, sobretudo, um espaço de resistência, reflexão crítica e construção coletiva para garantir que a inteligência artificial (IA) esteja a serviço da sociedade — e não subordinada apenas aos interesses das grandes corporações.

A Carta de São Bernardo

Um dos momentos centrais do evento foi a aprovação da Carta de São Bernardo do Campo, que expressa a necessidade de uma inteligência artificial regulada, democrática e comprometida com os direitos sociais.

A mensagem é clara: não há soberania nacional sem soberania digital, e não há democracia sem proteção social diante das transformações tecnológicas em curso.

Diagnóstico: o poder das Big Techs

Os debates apontaram os riscos da concentração de poder nas mãos de poucas empresas globais. Foi denunciada a fusão entre capitalismo de vigilância e uso militar da IA, que transforma dados em armas e aumenta a dependência tecnológica do Brasil. Também se alertou para a chamada “nuvem soberana”, que, na prática, continua sendo controlada por gigantes estrangeiras, sujeitas a legislações de outros países.

A crítica central foi clara: a tecnologia não pode ser reduzida a um produto de exploração de dados. É preciso construir caminhos que coloquem o ser humano no centro, promovendo bem-estar coletivo e respeitando princípios éticos.

Futuro do trabalho: precarização ou emancipação?

A conferência trouxe análises sobre como a IA impacta diretamente o mundo do trabalho.

Foi apontado que, sob a lógica do capital, a tecnologia tem aprofundado a precarização, intensificado a uberização e ampliado o desemprego em massa.

Em vez de liberar os trabalhadores para atividades criativas, a IA tem sido usada para reforçar mecanismos de exploração e servidão moderna.

Também se destacou que a promessa de “pleno emprego” não passa de ilusão quando o mercado insiste em normalizar formas precárias de contratação, metas abusivas e pagamento por produção.

Resistência sindical e regulação

As representações sindicais enfatizaram que a luta por direitos sociais precisa se atualizar frente às novas tecnologias.

Entre as propostas em debate no Projeto de Lei 2.338/2023, destacam-se:

- Garantia de negociação coletiva sempre que a IA impactar a gestão do trabalho;
- Limitação do uso de vigilância invasiva;
- Supervisão humana em decisões automatizadas;
- Requalificação profissional e apoio à transição dos trabalhadores afetados;
- Direito à desconexão e proteção da saúde mental;
- Redistribuição dos ganhos de produtividade, incluindo a redução da jornada de trabalho.

Foi lembrado também que categorias como a dos bancários já conquistaram cláusulas inovadoras, como a proibição da cobrança de metas por aplicativos e a criação de um Observatório de IA.

Por outro lado, casos de demissões em massa baseadas em softwares de monitoramento demonstram a urgência de uma regulamentação clara e efetiva.

Um compromisso coletivo

O evento se encerrou com a criação da Frente por Inteligência Artificial com Direitos Sociais – Brasil, que reunirá entidades, pesquisadores e movimentos sociais para fortalecer esse debate.

O recado de São Bernardo é firme: a inteligência artificial não pode ser mais um instrumento de exploração, mas deve ser regulada de forma democrática, voltada para ampliar direitos, proteger empregos, reduzir desigualdades e fortalecer a soberania nacional.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	FIK Digital	0010565-16.2025.5.03.0106	22/10/2025	10:00	Videoconferência
Sindados MG	QA - IT ANSWER LTDA.	0010821-22.2025.5.03.0182	28/10/2025	08:35	Videoconferência
Sindados MG	Databit Tecnologia	0010578-13.2025.5.03.0139	10/11/2025	13:31	Videoconferência
Sindados MG	AVSYSTEMGEO	0011100-58.2024.5.03.0015	12/11/2025	14:30	Videoconferência
Sindados MG	SERPRO	0010915-67.2025.5.03.0182	17/11/2025	08:40	44ª Vara do Trabalho de BH
Sindados MG	Globalweb	0010809-49.2024.5.03.0018	02/12/2025	15:30	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010585-16.2025.5.03.0006	16/12/2025	09:40	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	29/01/2026	10:00	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010761-92.2025.5.03.0006	24/02/2026	09:40	Videoconferência
Sindados MG	GOVPREDICT (Quorum Analytics)	0010650-93.2025.5.03.0108	17/03/2026	10:45	Videoconferência

O SERPRO E SEUS PASSIVOS TRABALHISTAS



Em meio a tantas ações de trabalhadores conscientes de seus direitos, movidas contra o Serpro, mais uma teve sucesso no judiciário trabalhista brasileiro. Um analista do Serpro será indenizado após ter sido suspenso por participar de uma greve e perder a chance de promoção por merecimento.

Descumprindo direito constitucional de greve, o Serpro aplicou uma advertência e uma suspensão de três dias ao trabalhador, como punição pela participação de uma greve nacional em 2014, o que o impediu de participar das promoções de 2014 e 2015. A paralisação foi em razão da não evolução da negociação coletiva, na data-base.

Ao Serpro foi determinando o pagamento da indenização de R\$ 10 mil por danos morais, acrescido de reparação por danos materiais decorrentes da impossibilidade de promoção. Não fossem as punições, o trabalhador teria tido promoções, o que fez com que o Serpro tivesse de pagar o valor equivalente aos aumentos salariais dos dois níveis perdidos.

No recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Serpro alegou que a promoção por mérito se baseia na discricionariedade do empregador e na limitação orçamentária e, portanto, o dano alegado pelo analista não era certo.

A relatora, ministra Liana Chaib, destacou que não se tratava apenas da promoção em si, mas da perda da oportunidade de participar do processo para consegui-la, situação que o TST tem entendido ser passível de indenização, considerando a teoria da “perda de uma chance”. A Ministra relatora entendeu o seguinte: “Não se trata, portanto, de chance meramente hipotética”, assinalou, lembrando que, de acordo com as testemunhas, o analista “não era apenas um bom profissional, mas um empregado considerado referência”.

A 2ª Turma do TST manteve decisão que reconheceu conduta antissindical do Serpro e determinou pagamento de reparações por danos morais e materiais. A decisão foi unânime e já transitou em julgado.

A consciência de seus direitos é fundamental para qualquer trabalhador. Lutar em defesa dos mesmos muito fundamental também.

Em defesa do direito constitucional de greve!

APESAR DA MOBILIZAÇÃO HISTÓRICA DOS TRABALHADORES DA COPASA, BASE DE ZEMA APROVA PEC DO CALA BOCA



Nos últimos dias 21, 22 e 23 de outubro, milhares de trabalhadores da COPASA e de movimentos sociais e sindical foram às ruas e lotaram a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), numa histórica mobilização em defesa do direito do povo ao referendo para decidir se permite a privatização da COPASA, ameaçado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/2023, a chamada PEC do Cala Boca, que pode retirar da Constituição mineira a exigência de consulta popular (referendo) para a privatização da COPASA. O SINDADOS/MG esteve presente, solidarizando-se com essa que é uma luta de todo o povo mineiro, pois a privatização da água significará o aumento das tarifas e a queda da qualidade dos serviços, como mostram os inúmeros exemplos, inclusive em municípios cujo resultado da privatização foi a água se tornar inapropriada para o consumo humano. Contudo, na calada da noite, às 4:30 da manhã, deputados da base do governo Zema conseguiram aprovar a PEC no 1º turno da votação. Foram 52 votos a favor do fim do referendo e 18 contra.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e

em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA /MG), a categoria deflagrou greve “pela universalização do saneamento e contra a exploração dos serviços por empresas privadas que só buscam altos lucros e excluem os pobres do direito à água e esgoto tratado (...). A COPASA já atende quase 99,4% da população com abastecimento de água, superando as metas do marco do saneamento, e 74% com tratamento de esgoto em sua área de atuação em todo o Estado. Ao mesmo tempo em que elogiam a capacidade sustentável da COPASA, distribuindo lucro líquido altíssimo para o governo e acionistas, os privatistas querem vender a empresa para que estes lucros sejam embolsados pelos empresários que, eventualmente, 'comprem' a empresa. É o maior escândalo patrocinado pelo governo Zema e pelos deputados irresponsáveis, que fica registrado no lixo da História de Minas Gerais”.

Não restam dúvidas quanto à política de desmonte do estado mineiro imposta pelo governo Zema! A postura ditatorial do governo diante da COPASA, de tentar calar a boca da população mineira, impondo uma privatização sem referendo popular, não é uma política isolada. CEMIG, PRODEMGE, CODEMIG são só alguns exemplos do rastro de desigualdades e sucateamento dos serviços públicos deixado pelo governo, isso sem falar no aumento da dívida estadual, nos retrocessos sociais e fiscais. Não podemos nos calar! Não podemos permitir esses ataques!

É preciso organização, unidade e mobilização da população mineira em defesa do seu patrimônio.

A luta continua!

Todo apoio à luta dos trabalhadores da COPASA!

NEGOCIAÇÃO ENTRE SINDADOS E SINDINFOR CONTINUA



A negociação coletiva é, a princípio, o processo de diálogo entre sindicatos de trabalhadores e de empregadores (ou empresas), que tem por objetivo estabelecer ou ajustar condições de trabalho, salários e benefícios.

Como dialogar e ter algum êxito, se um dos lados sempre chega alegando impossibilidade de atender o que pede o outro lado? A negociação acontece anualmente, na data-base, convencionado assim em nosso País.

Todas as negociações são difíceis, de empresas públicas e empresas privadas; da categoria de TI ou qualquer outra. A dificuldade está exatamente no fato de que primeiro precisamos sensibilizar para as nossas necessidades, ainda que possam parecer óbvias: melhorar o salário, os benefícios econômicos e condições de trabalho.

Não existe uma convergência de pensamentos, uma vez que o pressuposto dos representantes dos empregados é de que, sendo as empresas de prestação de serviços, o capital humano deveria ser tratado como investimento. Todavia, os representantes patronais o veem como custo e isto, por vezes, dificulta o diálogo, pressuposto do processo de negociação.

É nesta toada que caminha a negociação coletiva de setembro entre SINDADOS E SINDINFOR. Muito respeito entre os negociadores, mas cada avanço, por menor que seja, é um esforço, resultado de muita conversa.

Nossa tentativa, neste momento da negociação com o SINDINFOR, que começou em meados de setembro, é de ter uma proposta concreta, escrita. Houve evolução na conversa, porém sem formalização ainda, o que estamos aguardando.

Fica o nosso pleito, enquanto o ato de assinar a Convenção Coletiva não se consumou: **por uma maior valorização dos profissionais de TI.**

SINDADOS/MG DENUNCIA, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PRIVATIZAÇÃO ATRAVÉS DA TERCEIRIZAÇÃO SEM LIMITES



No último dia 22 de outubro, o SINDADOS/MG foi convidado para participar de uma Audiência Pública na Câmara Municipal, para discussão sobre o sistema Solução Integrada de Gestão Hospitalar, Ambulatorial e de Regulação (SIGRAH). As falas de vereadores e dos representantes dos trabalhadores da saúde e dos usuários confirmou falhas do SIGRAH, que permanecem e já haviam sido denunciadas em audiência pública que aconteceu em 2024, nesta mesma casa legislativa.

A transformação de consultas em um calvário para servidores e pacientes, obrigados a enfrentar a "oscilação e lentidão constantes" do SIGRAH foi muito destacada na audiência. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (SINDIBEL) reforçou que o sistema da MV Sistemas, implantado a partir de 2019, resultou em "um caos geral na atenção primária". Importante destacar a ausência dos representantes da MV Sistemas, apesar de terem sido convidados para a reunião.

Na audiência, o SINDADOS/MG enfocou um problema central, a ineficiência que anda de mãos dadas com o desperdício público. O contrato inicial do SIGRAH (PE 0227/2018) atingiu R\$ 34.727.455,88 e, com aditivos, este

valor aumentou. A leniência com a MV Sistemas permite que o erário seja drenado por um sistema falho, foi destaque de falas no decorrer da audiência. Por que a PBH não investiu na PRODABEL para desenvolver o sistema de saúde de Belo Horizonte, recebendo, obviamente, os recursos necessários para cumprimento de tal tarefa, é a pergunta que foi feita pelo SINDADOS/MG, defensor da empresa pública e de seus trabalhadores, que têm excelência, diga-se de passagem?

Para rodar o software, a PRODABEL alugou a caríssima infraestrutura Oracle IaaS EXADATA CLOUD. Na audiência, a diretoria da PRODABEL disse que o sistema, alugado por cerca de R\$ 20 milhões por quatro anos, opera com 60% de uso. Seria esta margem aceitável? Em um cenário de emergência, como um novo surto que dobre a demanda do SUS-BH, o sistema não seria inviabilizado, transformando o SIGRAH em um entrave crítico? O servidor não deveria ser dimensionado para a capacidade máxima de atendimento dos profissionais do SUS-BH, garantindo que o sistema não seja parte do problema em uma crise de saúde?

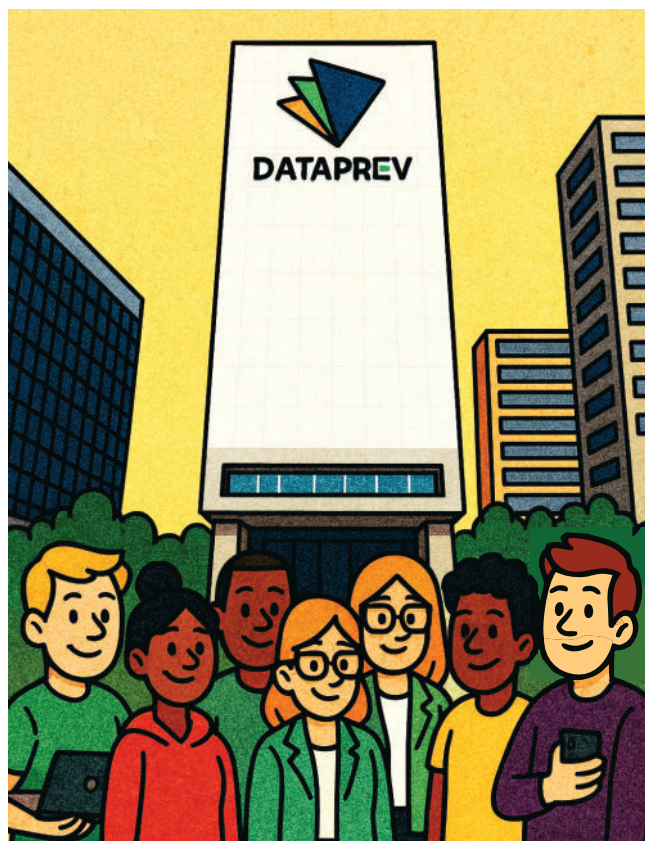
Outro problema identificado foi relativamente a segurança. Questionada sobre o acesso ao banco de dados de produção, a PRODABEL confirmou que a MV tem acesso aos dados sob "regras". Esta é uma grande preocupação na visão do Sindicato.

Os problemas citados são exemplos de uma política de privatização como consequência da "terceirização sem limites" na PRODABEL e em outras empresas públicas. A exigência da MV por acesso direto ao banco de dados de produção é preocupante.

É urgente a intervenção do poder público, como dito por vários interlocutores na audiência, no sentido de entender o que de fato está acontecendo com este contrato da MV. A saúde pública não pode ser sacrificada em nome de contratos milionários e de um sistema que obriga médicos e enfermeiros da saúde de BH a trabalhar com papel como na década de 1980.

Pelo fim das terceirizações!

SINDADOS/MG PARTICIPARÁ DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA DISCUTIR DEMISSÕES DA DATAPREV



A ofensiva neoliberal contra o patrimônio público brasileiro será confrontada no Congresso Nacional. A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados convocou uma Audiência Pública, que será realizada no próximo dia 28 de outubro, às 16h, para debater os impactos sociais e jurídicos das demissões em massa no Sistema Eletrobras, DATAPREV e em outras empresas estratégicas. O evento, que se ampara na perspectiva dos direitos humanos e da dignidade do trabalhador, visa expor as feridas abertas pela política de desmonte e terceirização, aprofundada pelo governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. A audiência reconhece que o processo de privatização não é meramente econômico, mas uma tragédia social que sacrifica vidas e compromete o futuro do País.

O SINDADOS/MG participará deste importante debate, por meio da sua diretora Marcia Omaia Rodrigues, representante do Coletivo de Luta pela Reintegração e Reconstrução dos trabalhadores e trabalhadoras da DATAPREV, para denunciar as consequências diretas da

entrega de empresas públicas à lógica do lucro. A luta pela reintegração dos trabalhadores da DATAPREV, uma empresa vital para a gestão da seguridade social, simboliza a resistência contra a destruição de carreiras e a perda de expertise técnica acumulada pelo Estado.

A presença de sindicatos, movimentos sociais e ativistas é fundamental para pressionar o Congresso. Este debate representa a chance de colocar o interesse público e o bem-estar social acima da ganância do mercado, expondo como a desculpa da “eficiência” esconde a agenda de retirada de direitos e o enriquecimento de grupos privados.

Não se calar é urgente. A luta pela reintegração é a luta pela soberania nacional e pela defesa dos empregos e direitos da classe trabalhadora!

Confira os detalhes para a mobilização e acompanhamento:

Tema Central: Impactos sociais e jurídicos das demissões no Sistema Eletrobras e em outras empresas públicas, sob a ótica da dignidade humana

Data e Horário: Terça-feira, 28 de outubro, às 16h (horário de Brasília)

Local: Plenário a definir da Câmara dos Deputados (com opção de teleconferência)

Transmissão: Pelos canais oficiais da Câmara dos Deputados

MARCHA NACIONAL CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA ESTÁ SENDO ORGANIZADA PARA O DIA 29/10



Um grande ato de protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Administrativa, em tramitação no Congresso Nacional, acontecerá em Brasília, no próximo dia 29 de outubro, onde servidores públicos de todo o País se encontrarão para dizer não a mais esta tentativa de desmontar o serviço público e de retirar direitos históricos dos trabalhadores.

A Marcha Nacional do Serviço Público contra a Reforma Administrativa foi convocada pela CUT e outras centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores, com apoio das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

A proposta de Reforma, se podemos assim chamar, foi apresentada no dia 02 de outubro deste ano, sem nenhum debate com as entidades que representam os servidores das três esferas (federal, estadual e municipal). O relatório final do Grupo de Trabalho da Câmara, que elaborou o projeto, tem seis eixos temáticos, mais de 400 páginas, que trazem 70 alterações, organizadas em três proposições legislativas: uma PEC, um PLP e um PL.

Dentre as principais questões apontadas pela PEC está a determinação que boa parte dos serviços públicos pode ser privatizado e terceirizado, além de permitir a contratação de não servidores, fazendo com que os indicados por políticos sirvam aos interesses particulares ao invés de atender a população, isso sem falar na implementação da Tabela Remuneratória Única (TRU), que trará risco de redução de salários iniciais e finais, e potencial congelamento salarial, e outras medidas de impõem retrocessos e retirada de direitos.

O funcionalismo está unido e vai lutar para impedir a evolução de projetos que ameaçam a estrutura do Estado brasileiro.

Não à deterioração dos serviços públicos!





Qual dos cuidados você precisa?



- Fisioterapia
- Fonoaudiologia
- Nutrição
- Psicologia
- Terapia Ocupacional
- Enfermagem
- Técnico de Enfermagem
- Aplicação de Medicamentos
- Coleta de sangue
- Transporte de Ambulância
- Fornecimento de medicamentos
- Medicina
- Assistência Social
- Cuidador
- Odontologia
- Curativos
- Banhos
- Eletrocardiograma
- Aluguel de equipamentos médicos e hospitalares

ÉVORA EM PARCERIA COM O SINDADOS

30% OFF

CONFIRA AS CONDIÇÕES!

☎ (31) 3656-2296 🌐 [evora_homecare](https://evora.homecare.com.br)

✉ contato@evorahomecare.com.br

🌐 evorahomecare.com.br

📍 Rua Hermilo Alves, 31, sala 207, Bairro Santa Tereza, Belo Horizonte